

Percursos Diferenciados/ Igualdade de Oportunidades

*Branca Gaspar**

Falar de percursos diferenciados na escola e no ensino remete-nos sempre ou quase sempre para o ensino profissionalizante.

Gostaria de apresentar ao Congresso algumas preocupações.

Todos nós somos herdeiros de um modelo de escola vindo do estado novo, durante o qual o ensino se estruturava em duas vias: o Liceu onde se formavam as elites e as escolas industrial e comercial que preparavam os jovens vindos de classes mais desfavorecidas para o exercício de profissões consideradas de nível inferior.

Após Abril de 74 defendendo os ideais de uma escola pública democrática e de qualidade, extingue-se a escola industrial e comercial, e opta-se por um ensino básico unificado, igual para todos, introduzindo alguma diferenciação e flexibilização curricular, procurando valorizar toda a formação.

Acontece no entanto que, apesar deste esforço, nos currículos do ensino básico e do ensino secundário predomina até hoje uma matriz fortemente licealizante, direcionada para o prosseguimento de estudos de nível superior, colocando um nº vasto de opções de conhecimento como sendo de 2ª escolha levando ao insucesso de muitos alunos e ao abandono escolar.

Mas do que se trata quando nos referimos às consideradas 2ª escolhas? Falamos normalmente de vias profissionalizantes.

As 1ªs vias profissionais surgem em 1989. De 1989 até hoje podemos mencionar uma serie de percursos desde os currículos alternativos, aos PIEF, CEF, cursos vocacionais e mais recentemente o ensino dual, para onde se enviam os alunos considerados com mais dificuldades de aprendizagem e habitualmente associados a problemas como o insucesso e abandono escolares.

A oferta diversificada é gerida de forma meritocrática, os bons alunos continuam a ser encaminhados apenas para os cursos gerais, os alunos que fracassam são vistos como responsáveis pelo seu fracasso e encaminhados para as vias profissionais para satisfazer as necessidades dos empregadores.

Enviar os alunos para as formações técnicas e profissionais não em função de suas competências, mas em função de suas incompetências nas únicas disciplinas julgadas



**Os desafios
da docência**
perante o recuo dos direitos de cidadania
5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

dignas e valorizadas, não evita que muitos destes jovens não cheguem ao fim do seu percurso escolar.

Acabam por aceder ao mercado de trabalho pelos níveis salariais mais baixos, que conduzem muitas vezes à exclusão social.

Podemos considerar que algumas destas vias profissionais, em muitos casos de baixa qualidade, embora atenuando o abandono escolar, apenas têm servido como maneira de armazenar jovens encobrendo os números do insucesso.

Se estas vias de ensino têm um currículo mais pobre e, em muitos casos, se não propiciam verdadeiras saídas profissionais, só podemos concluir ser preocupante a insistência nestes modelos, que contribuem em parte para um maior risco de exclusão e pobreza.

Isto remete-nos para uma outra preocupação - a igualdade de oportunidades estará assegurada com estes percursos diferenciados?

Falar de igualdade de oportunidades pressupõe:

1. A garantia de acesso à escola, condição praticamente garantida em Portugal;
2. O sucesso dos alunos, proporcionando oportunidades semelhantes, à integração na vida ativa de forma qualificada, independentemente desta ser de carácter profissional ou para o prosseguimento de estudos de nível superior.
3. A natural aceitação da diversidade, fator preponderante de uma verdadeira integração.

Infelizmente, apesar de avanços notórios, a escola ainda não conseguiu, ao longo destes 40 anos, evoluir para um paradigma de total inclusão. Mantém-se a perspetiva discriminatória de muitos professores, alunos e famílias, face a alunos oriundos das chamadas “classes mais desfavorecidas”.

Dados de 2014 apontam que cerca de um terço das crianças se encontra em situação de pobreza, sendo o grupo geracional mais afetado. Um elevado nº de crianças beneficiam da ação social escolar, tendo mais de metade o escalão A. Tudo lhes falta. O insucesso e o abandono escolar estão, fatalmente, ligados a estas terríveis realidades.

Atualmente, o que está em causa é, pois, uma mudança do projeto de sociedade com base em opções ideológicas da elite que sustenta o poder.

Sob a capa da “reorientação” de alunos com insucesso escolar e /ou problemas de integração na comunidade educativa, o MEC e o seu ministro Nuno Crato prevê a generalização do sistema Dual, “mal” importado da Alemanha, como um instrumento de combate ao desemprego, ao abandono e ao insucesso escolar.

O MEC introduz o ensino vocacional precoce no ensino básico canalizando os alunos, a partir do 4º ano de escolaridade, desde que se verifiquem duas “reprovações”. Encaminha à partida, de acordo com as suas opções políticas, os filhos das famílias mais carenciadas e com menores níveis de escolarização para o trabalho manual, reservando deste modo o trabalho intelectual para as famílias mais favorecidas.

Está reaberto o caminho da elitização. A escola volta a ser encarada, novamente, como uma instituição reprodutora das estruturas sociais, colocando-se ao serviço do mercado de trabalho.

Dar às empresas a responsabilidade de uma parte da educação destas crianças e jovens é destituir a escola da sua primordial função de acolher e de ensinar. E desde quando é que as empresas têm vocação para ensinar?

As empresas podem proporcionar estágios, mas não podem ter qualquer responsabilidade na educação das crianças. Nunca se poderá admitir que estes, ou outros quaisquer estágios, sejam uma forma encapotada de trabalho infantil, sem regras ou regulamentação negociadas com os sindicatos.

De acordo com um ditado popular, e indo ao encontro do ponto de vista empresarial, podemos dizer que “Todo o trabalho do menino é pouco, mas quem não o aproveita é louco.”.

Como se pode garantir que, frequentando a escola, todos os jovens aprendem?

A Escola Pública encontra-se perante um grande desafio, exigindo uma verdadeira valorização dos currículos escolares incluindo as vias profissionais, exigindo que estas tenham igual qualidade e dignidade das restantes vias e um interesse maior pelos gostos e capacidades dos alunos.

Reorganizar o ensino básico e secundário é fundamental para contrariar os níveis de insucesso e abandono escolar. Partir do princípio de que todos podem aprender, e não apenas de que todos devem aprender, fará com que se definam patamares mínimos que todas as crianças e jovens podem alcançar, bem como patamares de excelência que os melhores devem ser estimulados a atingir.

Assegurar que todas as crianças adquirem uma base comum de conhecimentos e promover um conjunto de diferentes áreas de opção e de experimentação, científicas, tecnológicas, artísticas e desportivas no ensino básico possibilitará que, através de uma oferta de percursos formativos diferenciados para o ensino secundário e profissional, os jovens possam optar com mais segurança pela via profissionalizante ou pelo prosseguimento de estudos.

O desafio que devemos aceitar para que todos tenham um verdadeiro sucesso é dotar todos de ferramentas diversificadas para poderem enfrentar quer o mercado de trabalho, quer o ensino superior. A Escola Pública deve ter como principal objetivo que as crianças e jovens cheguem o mais longo possível num percurso emancipatório de vivência cidadã num regime democrático.

E citando Rousseau:

“Viver é o ofício que quero ensinar-lhe. Saindo das minhas mãos, não será, estou convicto, nem magistrado, nem soldado, nem padre; ele será primeiramente homem.”